



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Temático: Território, Poder e Conflito

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Segregação territorial em Londrina (PR): uma análise da
articulação de rendimento e alfabetização entre os bairros da
cidade**

**MATEUS GALVÃO CAVATORTA
GABRIEL STRAZZI DA SILVA**

RESUMO

O território pode ser definido fundamentalmente como um espaço definido e delimitado por a partir de relações de poder, um espaço que determinado ator se apropria e o territorializa de forma incerta e conflitante, gerando desigualdade, exclusão e segregação. Diante deste contexto, o objetivo central deste artigo é analisar a segregação territorial existente na cidade de Londrina (PR) por meio da articulação de dados de alfabetização e rendimento entre os bairros. Como fundamentação teórica, foi elaborada uma discussão envolvendo a articulação dos conceitos de espaço urbano, território e segregação. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisas nas referências bibliográficas que tratam da temática, levantamento de dados em órgãos públicos como IBGE, e na elaboração de mapas para melhor representação desses dados.

Palavras-chave: território; segregação; Londrina (PR).

ABSTRACT

Territory can be defined fundamentally as a defined space defined by power relations, a space that a determined actor appropriates and territorializes it in an uncertain and conflicting way, generating inequality, exclusion and segregation. In this context, the main objective of this article is to analyze the territorial segregation existing in the city of Londrina (PR) through the articulation of literacy and income data among the neighborhoods. As a theoretical basis, a discussion was elaborated involving the articulation of the concepts of urban space, territory and segregation. The methodology used was based on researches in the bibliographical references that deal with the thematic, data collection in public organisms like IBGE, and in the elaboration of maps for better representation of these data.

Keywords: territory; segregation; Londrina (PR).



INTRODUÇÃO

O território pode ser considerado como uma fragmentação do espaço social apropriada pelos agentes e atores que a produzem. Representa uma divisão estritamente política da ocupação do espaço geográfico, no que se refere às demarcações do estado sobre este espaço. Indivíduos ou grupos se apropriam desse espaço por meio de interações complexas envolvendo o instinto (natural) e a natureza social (cultural). Considerando o território sob a perspectiva de um espaço delimitado por relações de poder, pode-se afirmar que é palco de conflitos, disputas, de concorrências e que por meio destas, é gerador de segregação. (TAGLIANI, 2010)

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto. O indivíduo ou grupo, ao afirmar uma identidade sobre a base de uma delimitação territorial, cedo ou tarde, virá a excluir a outro.

Se a formação do território pode ocorrer pela agregação de práticas, de usos, também pode dar-se pela segregação, que acaba por caracterizar territórios, como guetos, favelas, etc. Assim, o território torna-se uma ferramenta da geografia social, para a compreensão da natureza das relações sociais no seu contexto espacial. (TAGLIANI, 2010)

Diante deste contexto, o objetivo central deste artigo é analisar a segregação territorial existente na cidade de Londrina (PR) por meio da articulação de dados de alfabetização e rendimento entre os bairros. Para a fundamentação teórica do trabalho, foi elaborada uma discussão a partir da articulação dos conceitos de espaço urbano, território e segregação. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisas nas referências bibliográficas que tratam da temática, levantamento de dados em órgãos públicos como IBGE, e na elaboração de mapas para melhor representação desses dados.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamentação teórica: conceituando e articulando espaço urbano, território e segregação

O espaço urbano é onde se reflete de maneira evidente desigualdades entre as classes e, dessa forma, que privilegia aquelas que possuem maior poder aquisitivo: a classe dominante pode assim apropriar-se das melhores porções desse espaço, controlando a sua produção, uma vez que detém o controle de seus meios. O processo de urbanização transforma as cidades produzindo o fenômeno da centralização de poder em determinadas áreas: o espaço, diante das transformações no processo produtivo é cada vez mais dominado pelo valor de troca. Desse modo, os lugares são submetidos a um sistema de rentabilidade, se tornando então locais idealizados, criados por determinadas regras de mercado. Originam-se dessa forma as áreas distintas no espaço urbano que irão se caracterizar pela forma de apropriação. (PASSOS; ARAÚJO, 2014, p. 386)

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é reflexo e materialização da sociedade representado nas formas espaciais. O autor ressalta que o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população que não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Esse é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subdesemprego, e mesmo o emprego mal remunerado. (CORRÊA, 1989, p. 29)

Conforme o mesmo autor, os principais agentes que produzem o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Ressalta-se e relaciona-se com a temática aqui estudada os dois últimos. Quanto ao Estado, sua atuação mais corrente se faz através da implantação de serviços públicos, além da elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Já os grupos sociais excluídos são aqueles que não conseguem acessar os bens e serviços produzidos socialmente, mesmo que tenham as mesmas necessidades dos demais grupos. Nesse sentido, o autor destaca como exemplo o caso daqueles que não tem acesso à habitação, haja vista que grande parte da população não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, acessar a habitação via compra de um imóvel.



Ao falar sobre território e cidadania, Santos (2007) explica que o valor do indivíduo depende do lugar que ele ocupa dentro do território. Isso confirma que há dentro de um mesmo espaço distintos territórios, (re) criados pela modernização que impulsionou o êxodo rural, o desemprego, e a existência de uma enorme massa de pobres e a criação de lugares onde estes sobrevivem. O autor reflete quando fala que a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres.

De acordo com Santos (2008), existem múltiplos territórios dentro de uma cidade, distintos não apenas pelo fator localização, mas essencialmente pelo nível de renda dos que os ocupam, garantindo ou não o acesso aos bens e serviços. O autor complementa explicando que às vezes tais bens e serviços simplesmente não existem na área, e às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro”. (SANTOS, 2008, p. 139)

Os territórios são diferenciados pela sua estrutura ou pelo o acesso aos serviços, os afastando e tornando-os tão opostos, muitas vezes separados apenas por uma fronteira social, segregados devido a essa lógica do Estado capitalista e do setor imobiliário, focados em favorecer sempre os mais ricos, sendo incapaz de atenuar as desigualdades socioespaciais. (AZEVEDO, 2012, p. 17)

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário) ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos, zoneamento e outras normas de ocupação do espaço que consolidou a segregação, atua, também como agente repressor. Via de regra, na tentativa de colocar os pobres “no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de homens, negros, de moradores privilegiados e pobres. (SOUZA, 2005, p.90)

No Brasil a segregação espacial tem suas origens e desenvolvimento na expansão do processo de urbanização ocorrido no século XX na esteira da crescente industrialização. Para Corrêa (1995) a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais que surge da localização diferenciada destas classes no espaço urbano, devido a capacidade também diferenciada destas classes no espaço urbano, de quanto cada grupo social tem para pagar pela sua residência, que se diferem em termos de localização e características.

Conforme assinala Lefebvre (1999), a segregação destrói o urbano, já que ele é resultado da complexidade social. Esta complexidade se fundamenta na diferença, que dá a possibilidade a cada lugar de informar aos outros. Contrária a esta dinâmica, a segregação corta a informação e conduz a uniformidade, ou seja, impede a convivência entre os diferentes grupos sociais e entre as distintas áreas da cidade.

Desta forma a segregação espacial representa uma contradição para o sentido da cidade. A cidade significa concentração de pessoas e atividades, complexidade funcional e



convivência entre os grupos sociais. É evidente que a segregação elimina este último elemento, ao negar as trocas e o convívio entre os grupos de diferentes níveis socioeconômicos. Deste modo a cidade atual, onde se verifica o processo de segregação socioespacial, fragmenta-se física e socialmente a unidade e a coesão do espaço urbano. (SANTOS, 2015)

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada da do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que estão na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS 2004, p. 141)

Villaça (1998) afirma que a segregação é um fator importante na compreensão das estruturas espaciais. É conveniente analisar que a segregação na cidade se impõe a nível da constituição de territórios separados para cada grupo social, refletido na forma sobre a qual se reorganiza o espaço urbano, em especial o da moradia. As novas formas de habitat urbano caracterizam-se pelo estabelecimento de uma vida privada e de uma vida social exclusiva.

Sposito (1999) analisa que a descontinuidade do tecido urbano é um dos aspectos determinantes do processo de fragmentação da cidade e pode ser encarada como uma das formas contemporâneas, que por meio das quais se organiza ou se acentua a segregação sócio-espacial. O crescimento urbano em descontinuidade proporciona uma dualização da estrutura social, com os espaços fragmentados, como produto do aumento da segregação urbana e das desigualdades sociais.

O processo de transformação do espaço urbano gera conflitos baseados na desigualdade social na medida em que nem todos os ocupantes da cidade são reconhecidos como atores da produção e reprodução espacial, pois sempre que ocorre algum ordenamento territorial, os habitantes são considerados como usuários dos serviços e equipamentos urbanos, mas nunca é concebida a sua cidadania pela participação enquanto ator do processo. (ROCHA, 2011, p. 04)

Santos (1994) chama a atenção para o fato de que a população se multiplica e empobrece nas cidades experimentando a degradação de suas condições de existência. Nesse processo a cidade estabelece-se como relação social que em sua materialidade é produtora de pobreza, pois faz dos habitantes dos territórios de pobreza, pessoas ainda mais pobres.

A exclusão social manifesta-se de diversas formas e é vivenciada em determinado espaço geográfico ou conjuntura social e econômica. O conceito de exclusão social no



relaciona-se geralmente à situação de pobreza, quando pessoa, grupo social ou população encontra-se desprovida dos recursos financeiros que lhe permita uma vida digna e o acesso a recursos primordiais como água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania. (GOMES, 2005)

Assim, a exclusão é também a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna, a não participação social e política, e as múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras. A noção de exclusão decorre, portanto, da participação social inadequada e da falta de integração social. (GOMES, 2005)

Nesse sentido, a segregação socioespacial corresponde à separação espacial em diferentes áreas do território urbano. Desse modo, a segregação do espaço está diretamente atrelada aos aspectos históricos, culturais e econômicos, o que pode ser intensificado devido ao fato das massas populacionais que se caracterizam como vítimas desse processo não possuírem pleno acesso às ferramentas capazes de contornar essa realidade, pois de acordo com Barreira (2014) os indivíduos não têm possibilidades inteiramente livres de escolher suas trajetórias de vida. (SILVA; LIMA; JUNIOR; CARVALHO, 2016)

A produção do espaço urbano não só materializa as desigualdades sociais, como também as reproduz. No Brasil, a questão da habitação tem uma ligação íntima com as discussões e nas lutas de classe, sobretudo a dos trabalhadores urbanos que buscam uma moradia e acabam por ocupar áreas tais como fundo de pântanos, planícies de inundação, margens de rios e córregos, encostas dos morros entre outros. Mas tudo isso é apenas uma das facetas da segregação urbana, pois o padrão de moradia reflete um processo de segregação e discriminação no espaço urbano advindo de fatores econômicos sociais e culturais, tais como a renda familiar, as políticas educacionais, as políticas habitacionais, a especulação imobiliária entre outros. (ROCHA, 2011)



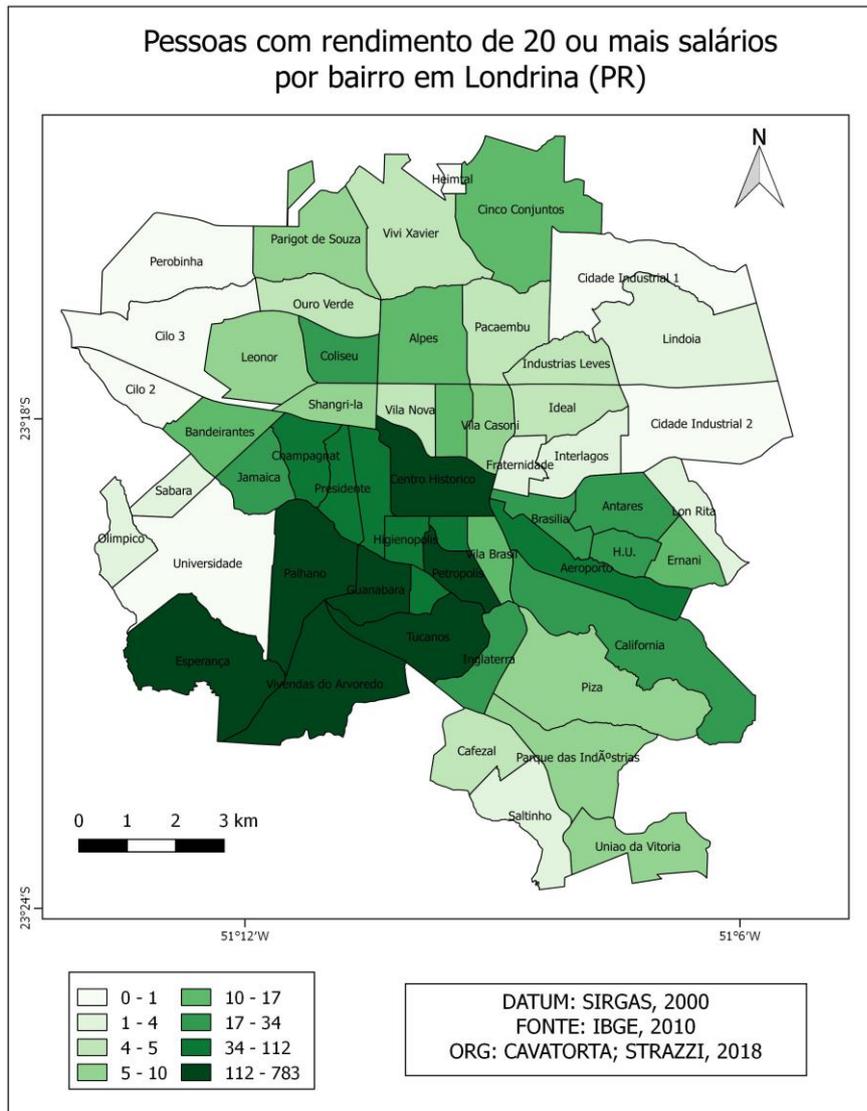
Analisando e articulando rendimento e alfabetização entre os bairros da cidade de Londrina (PR)

A expansão urbana de Londrina é considerada uma particularidade da história da cidade. Em 84 anos, essa expansão ocorreu de forma acelerada e acentuada nos seus entornos, e a cada ano ocorre um crescimento considerável da área efetivamente urbana da cidade. Todo esse processo possui características próprias e peculiares em cada década, como a intensa verticalização ocorrida nos anos 1980 ou o surgimento dos condomínios fechados horizontais nos anos 1990. No contexto atual, é possível verificar de um lado o surgimento e expansão dos condomínios fechados, ou exclusivos, horizontais, que vem ganhando um grande espaço em praticamente toda a cidade, principalmente nas áreas periféricas, com destaque para região sul. Do outro, estão os assentamentos subnormais, que são as áreas de ocupação irregular ou precária. Mesmo tendo origem nos primórdios da ocupação urbana de Londrina, recentemente vem registrando um número crescente de casos.

Na Figura 1 é possível verificar a espacialização das pessoas que possuem o rendimento superior a 20 salários na cidade de Londrina, por bairros. Pode-se observar que as pessoas mais ricas da cidade estão concentradas predominantemente na região central da cidade e na região sul, destacando o centro histórico e os bairros da Esperança, Vivendas do Arvoredo, Tucanos, Guanabara, Palhano, Petrópolis.



Figura 1: Mapa das pessoas com rendimento de 20 ou mais salários por bairro em Londrina (PR)



Fonte: IBGE, 2018.

Dentre os bairros com a menor presença de pessoas que ganham 20 ou mais salários, destacam-se o Lindóia, o Universidade, o Perobinha, Cilo 2 e 3 e Saltinho, ambos localizados nas regiões periféricas da cidade. Porém, ultimamente não se pode rotular a periferia de uma cidade como sinônimo de pobreza, pois atualmente é possível verificar uma nova dinâmica nas cidades grandes em relação à localização dos bairros de maior poder aquisitivo, sendo que em muitas ocasiões, estão localizados em zonas periféricas, e não mais na região central da cidade, destacando os bairros de Tucano, Palhano e Aeroporto, predominando nestes dois últimos, a presença de condomínios de luxo.



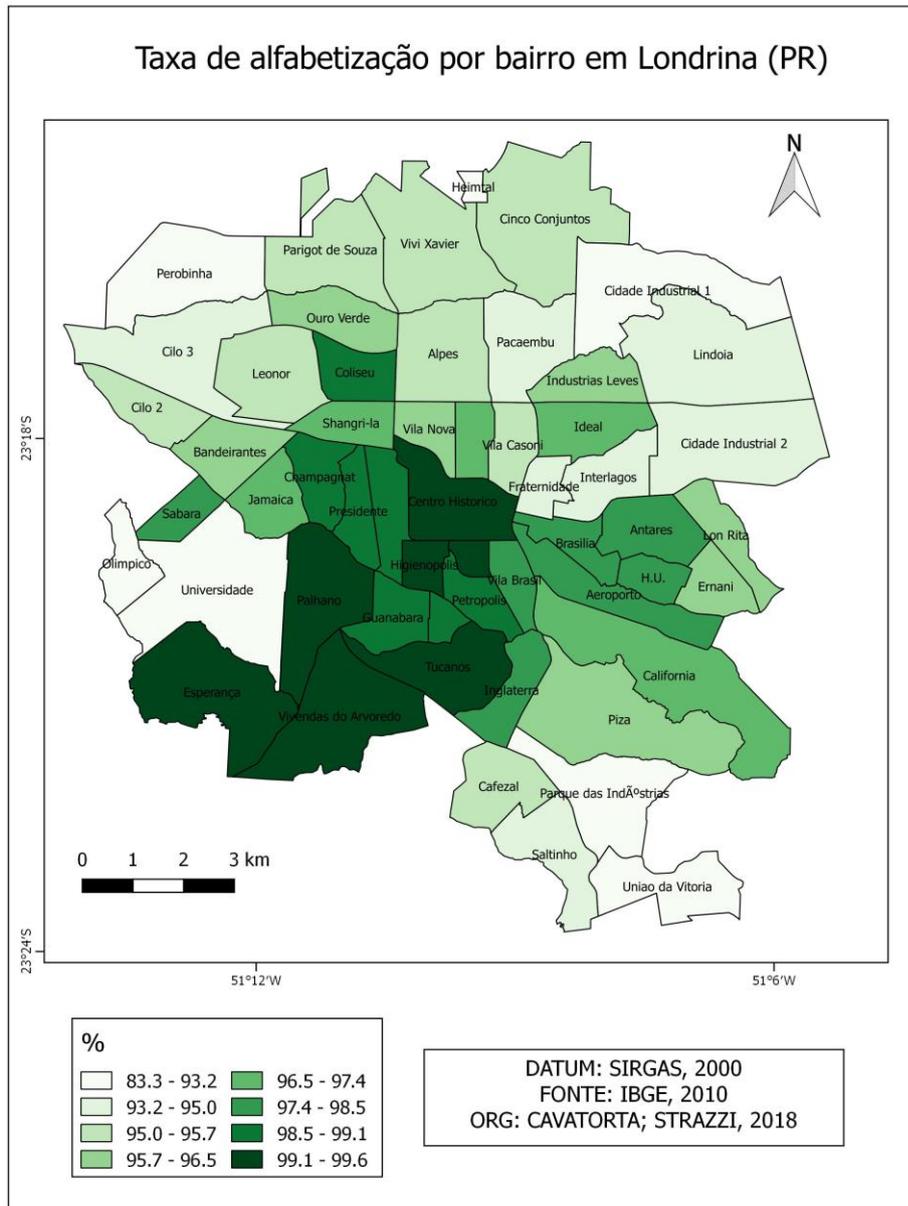
A urbanização é um processo contínuo, por isso a configuração da cidade está sempre em transformação. A redefinição da lógica de distribuição do solo urbano tem na redefinição do par centro-periferia sua expressão mais concreta. A reestruturação da cidade em marcha produz uma cidade cada vez mais com descontinuidades. Com a redefinição do par centro-periferia a cidade expande-se para áreas cada vez mais distantes do centro principal e a periferia que sempre foi associada como lugar pobres passa a abrigar os ricos também, seja no que diz respeito à habitação, como os condomínios residenciais e os loteamentos de chácaras, seja na esfera do consumo e do lazer, como os shopping centers. (MOREIRA JR, 2010, p. 05)

Se articularmos o mapa da localização das pessoas com rendimento de 20 ou mais salários, com o mapa da alfabetização por bairros de Londrina (Figura 2), podemos verificar uma ligação intrínseca entre os dois. Consequentemente, os mesmos bairros mencionados que apresentam maior número de pessoas que ganham acima de 20 salários, são os mesmos que apresentam as maiores taxas de alfabetização. Destacam-se os bairros Gleba Palhano (99,5%), Centro histórico (99,7%), Higienópolis (99,5%), Tucanos (99,4%), Esperança (99,2%) e Vivendas do Arvoredo (99,7%).

Os respectivos bairros contam com uma estrutura educacional de qualidade, apresentando colégios com as melhores avaliações (como IDEB, por exemplo) da cidade. Ressalta-se a existência de Colégios particulares nos bairros mencionados, que atendem a demanda de uma parcela da população londrinense que possui condições de pagar por um ensino de “maior qualidade”.



Figura 2: Mapa representando taxa de alfabetização por bairro em Londrina (PR)

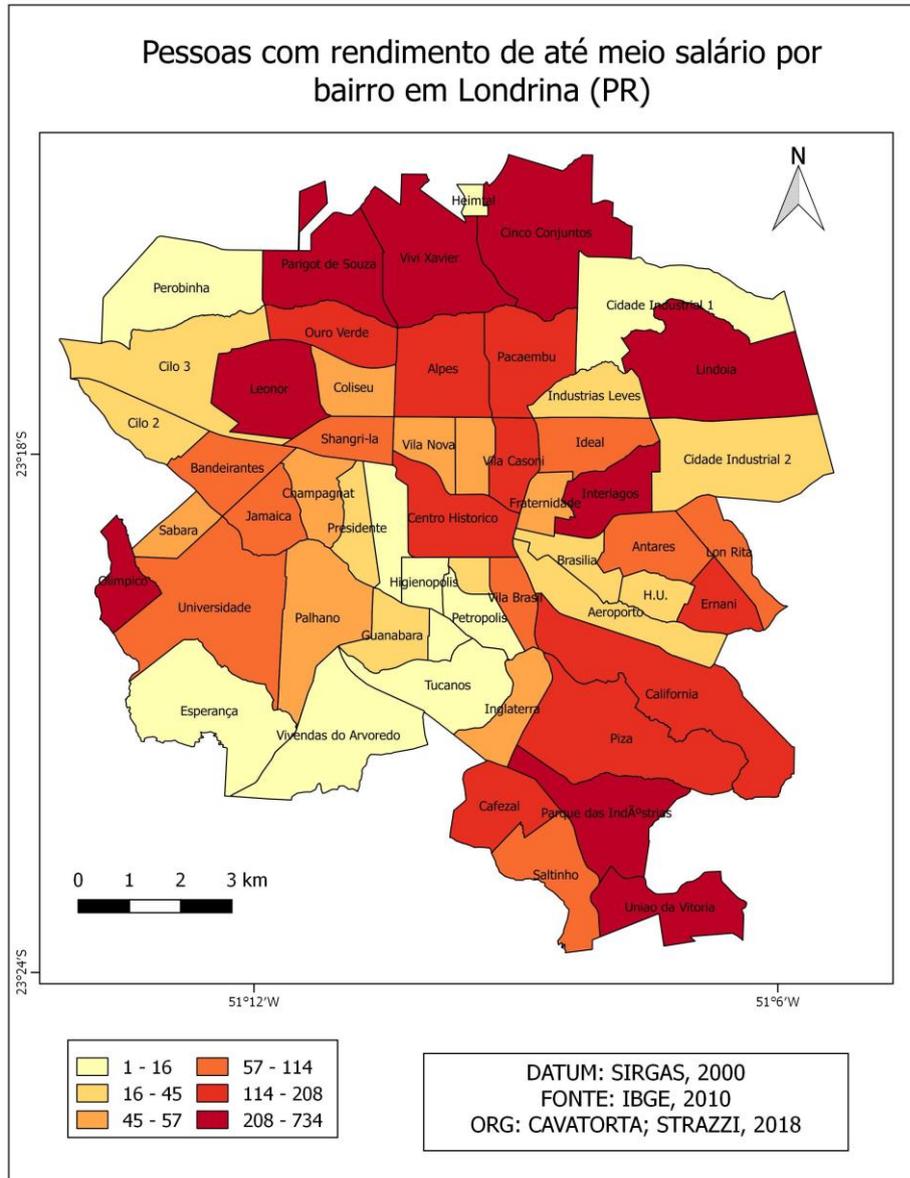


Fonte: IBGE, 2018.

Ao verificar os bairros que possuem o menor número de pessoas que ganhar até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, é possível constatar os mesmos bairros que são destaque no número de pessoas que possuem rendimento de 20 ou mais salários. Em contrapartida, os bairros que apresentam o maior número de pessoas com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário (ver Figura 3), estão localizados nas áreas periféricas da cidade e, conseqüentemente, são os que apresentam as menores taxas de alfabetização entre os bairros de Londrina.



Figura 3: Mapa representando as pessoas com rendimento de até meio salário por bairro em Londrina (PR)



Fonte: IBGE, 2018.

São os bairros Vivi Xavier, Cinco Conjuntos e Parigot de Souza, localizados nas áreas periféricas da Região Norte; o Lindóia e Interlagos, localizados nas áreas periféricas da Região Leste; o Olímpico, na região oeste; e o Parque das Indústrias e União da Vitória, ambos localizados no extremo sul da cidade. Em termos de infraestrutura e aspectos socioeconômicos, estes são considerados bairros menos favorecidos da cidade, lugares



onde reside a classe trabalhadora, a parcela da população mais pobre da cidade, e até mesmo a classe média baixa.

Historicamente, a origem e construção desses bairros foram voltados para atender a demanda crescente de moradia para a classe trabalhadora que chegava na cidade, uma grande parcela da população londrinense que envolve imigrantes atraídos pela busca por melhores condições de vida e pelos serviços oferecidos pela cidade - como educação, comércio, saúde, empregos, entre outros -, visto que Londrina, ao longo de sua história, sempre se caracterizou como um polo de influência desde escala regional até nacional.

No início do processo de formação desses bairros periféricos, estes apresentaram carência de infraestrutura básica, com características típicas de favela, como falta de saneamento básico, tratamento de esgoto, asfaltamento das ruas, difícil acesso à região central e aos principais serviços oferecidos pela cidade, construções em estado precário, entre outros problemas urbanos. Com o tempo, os bairros foram se reestruturando, se desenvolvendo economicamente, a prefeitura foi atendendo paulatinamente às necessidades da população, e hoje a maior parte dos bairros citados já se caracterizam como bairros de classe média baixa e/ou conjunto habitacional popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, foi possível concluir que a produção do espaço urbano gera configurações urbanas desiguais e excludentes. O desenvolvimento urbano decorre de um contínuo processo de diferenciação social. A materialização desse processo ocorre por meio da segregação espacial que atribui o caráter das cidades brasileiras na atualidade, de um lado pela marginalização das classes menos favorecidas, e até mesmo pela autosegregação dos mais ricos. Sendo o capitalismo um sistema carregado de uma lógica excludente, que gera desigualdade e segregação, o espaço urbano apresenta-se fragmentado, podendo afirmar a existência de vários territórios urbanos dentro do mesmo, de acordo com o alto grau de fragilidade da unidade urbana.

A partir da análise dos dados sobre rendimento e alfabetização entre os bairros da cidade de Londrina, e da elaboração de Mapas representando os mesmos, foi possível verificar a articulação intrínseca existentes entre estes dois aspectos socioeconômicos. E, a partir desta articulação desses dados, é possível verificar uma representação e um panorama geral da questão da segregação territorial existente na cidade. Foi constatado que os bairros que possuem o maior número de pessoas com rendimento acima de 20 salários, são também os bairros que apresentam as maiores taxas de alfabetização da



cidade. A mesma particularidade foi observada no caso inverso, em que os bairros que possuem o maior número de pessoas que ganham até ½ salário, são também os bairros que apresentam as menores taxas de alfabetização de Londrina.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Kalyne Thayanna Silva de. **Pobreza, Marginalização e segregação socioespacial**: uma visão teórica das periferias urbanas. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática, 1995.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro-S, v. 10, n. 2, p.48-57, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PASSOS, Alexandra Nascimento; ARAÚJO, Wânia Maria de Araújo. **Desigualdade, exclusão e segregação espacial em Belo Horizonte**: antigos personagens e novas distinções no bairro de Lourdes. In: III Simpósio de Ciências Sociais: Cidade e Democracia Ciências Sociais Instituto de Belo Horizonte, 2014.

ROCHA, Altemar Amaral . **A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras**. Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia , v. 1, p. 3338-3353, 2011.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SANTOS, Maria Livia Ferreira dos. **Entre o anonimato e a visibilidade**: moradores de rua portadores de sofrimento mental e a produção do espaço urbano. Trabalho de Conclusão de Curso. Salvador, 2015.

SILVA, Manoel Mariano Neto da; LIMA, Daniela Freitas de; JUNIOR, Almir Mariano de Sousa; CARVALHO, Carla Caroline Alves. **Segregação socioespacial**: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. Revista Monografias Ambientais - REMOA v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263.

SPOSITO, M. E. B. **Espaços urbanos**: territorialidades e representações. In: Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPER, 1999, p. 13-29.

TAGLIANI, Taiana Pitrez. **Território e Segregação Socioespacial**. PROPUR/UFRGS, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.